

Processo de Projeto e Produção de Espaços Públicos em Cidades Históricas: Estudo de caso nas praças de São João Del Rei - MG

Designing Public Spaces in Heritage Sites: Case study in squares of São João del Rei - MG

Proceso de Diseño y Producción del Espacio Público en Ciudades Históricas: Caso de Estudio en plazas de São João del Rei - MG

OLIVEIRA, Mariana Barbosa de

Graduanda, Universidade Federal de São João del Rei, mariana-ufsj@hotmail.com

BRANDAO, Rafael Silva

Professor Adjunto Doutor, Universidade Federal de São João del Rei, rbrandao@ufsj.edu.br

RESUMO

Este trabalho tem como objeto o projeto de espaços públicos, tendo como estudo de caso uma cidade histórica, buscando entender sua relação com o pensamento arquitetônico contemporâneo, com edifícios existentes e a serem construídos e com o uso e apropriação dos espaços por parte da população local. Para compreender as questões que envolvem o espaço público foram aplicados métodos consolidados de diagnósticos como o Comportamento Ambiental, Análise Visual, Walkthrough, Questionários Estruturados e História Oral em três praças na cidade de São João del Rei, MG, sendo que aqui são apresentados os resultados da Praça da Estação como base para análise. A aplicação dos métodos, no entanto, mostrou-se insuficiente na produção de diretrizes de ação ou apropriação destes espaços, servindo apenas para reforçar os dados obtidos na primeira percepção técnica. Foram investigados métodos de participação popular que também ofereceram resultados limitados. Conclui-se pela necessidade de um processo educativo dialógico que construa de fato uma autonomia dos usuários na proposição e apropriação espacial, viabilizando uma participação efetiva negociada juntamente aos preceitos técnicos envolvidos, avaliando o espaço não somente por sua forma, mas principalmente a partir das relações que nele são estabelecidas.

PALAVRAS-CHAVE : praça, público, projeto, diagnóstico, participação.

ABSTRACT

This paper discusses the design of public spaces on heritage sites, and seeks to understand its relation with contemporary architectural thinking, existing and future buildings, and the occupation by the local population. The evaluation was carried out by applying consolidated diagnosis methods, such as Environmental Behavior, Visual Analysis, Walkthrough, Structured Questionnaires and Oral History in three public squares in São João del Rei. The results are presented only for the Station Square. These methods, however, proved to be insufficient in providing either design or activity guidelines, acting only as a reinforcement of the first technical perceptions. Participative methods also offered limited results, which points out the need of a dialogic educative process that builds the autonomy of the user regarding spatial design and occupation. This will effectively enable community participation along with technical premises and allow for projects that consider not only formal aspects, but also spatial relations.

KEY-WORDS : squares, public, design, diagnostic, participation.

RESUMEN

El objeto de este trabajo es el diseño de espacios públicos, tomando como caso de estudio una ciudad histórica, tratando de entender su relación con el pensamiento arquitectónico contemporáneo, con edificios existentes y edificios que serán construidos y con la apropiación de los espacios de la población local. Para comprender las cuestiones que involucran el espacio público, se aplicaron métodos de diagnóstico consolidados, como de Desempeño Ambiental, Análisis Visual, Walthrough, Cuestionarios Estructurados y Historia Oral en tres plazas de la ciudad de São João del Rei, MG, siendo que aquí se presentan los resultados de la Plaza de la Estación como la base para el análisis. Sin embargo, la aplicación de los métodos resultó insuficiente en la producción de líneas de acción o apropiación de estos espacios, sirviendo apenas para reforzar los datos obtenidos en la primera visión técnica. También fueron investigados métodos de participación populares que ofrecieron resultados limitados. Los resultados confirmaron la necesidad de un proceso educativo dialógico que se basa de hecho a una autonomía de los usuarios en la proposición y la apropiación del espacio, lo cual permite la participación efectiva combinada a principios técnicos, evaluando el espacio no sólo por su forma, pero sobre todo por la relación en el que estén establecidas.

PALABRAS-CLAVE: plaza , público , diseño, diagnóstico, participación ..

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto o projeto de espaços públicos, tomando como estudo de caso praças em cidades históricas, buscando entender sua relação com processo de pensamento contemporâneo, com edifícios existentes e a serem construídos e com o uso e apropriação dos espaços por parte da população local. Trata-se da apresentação dos resultados obtidos na pesquisa Identidade e Pertencimento em Espaços Públicos de Cidades de Pequeno Porte, desenvolvida pela autora em seu Trabalho Final de Graduação.

Entende-se aqui o espaço público como o espaço da ação política e de reprodução de diferentes expressões culturais. É um bem comum para todos, que de modo geral “são espaços de convívio e encontro, onde se confrontam diferenças, se explicitam conflitos e se praticam urbanidade e política” (QUEIROZ e FRANCH, 2010). Neste sentido, aproxima-se da definição de Massey (2008) que, construindo o conceito de espaço em oposição e contrapartida ao conceito do tempo, afirma que o espaço é definido por ser: construído a partir de relações; múltiplo e heterogêneo na sua simultaneidade, e sempre em processo. O conceito de público também aqui pode ser expandido para além de sua esfera organizacional (como administrado pelo Estado ou outro tipo de agente público em oposição a agentes privados), configurando-se a partir de características espaciais como acesso, escala, hierarquia e organização, que permitem níveis maiores ou menores de ação e apropriação. Neste sentido, é possível utilizar categorias propostas por autores como Hertzberger (1996) para analisar e intervir nestes espaços dentro do âmbito de atuação da arquitetura e do urbanismo.

Avaliar os espaços livres urbanos sob uma ótica da apropriação e não da gestão, no entanto, não significa que tais espaços estão isentos de suas influências sistêmicas e estruturais do capitalismo. Observa-se que a função social e coletiva do espaço público foi transformada no decorrer da história, e de modo particularmente intenso após o processo de industrialização. Especialmente, as novas diretrizes orientadoras das intervenções foram reforçadas pelos ideais do Movimento Modernista. Com a consolidação e complexidade dos sistemas capitalistas, a cidade passa a ser conduzida cada vez mais na direção do comércio e das trocas. Lefebvre (2001) define a cidade como “cidade produto”, onde o valor de troca predomina sobre o valor de uso e os monumentos e os edifícios passam a funcionar em prol do lucro advindo das atividades turísticas ou de iniciativas privadas.

Também a arquitetura, por agir diretamente sobre os espaços, da modernidade à contemporaneidade, tem sido produzida, distribuída e consumida como uma mercadoria. Ou seja, o espaço de atuação da arquitetura adquiriu maior valor de troca, e em detrimento do de uso, e conseqüentemente a arquitetura como objeto construído e experienciado também (KAPP, 2005). Inúmeros espaços (ruas, praças, parque), a despeito de altos investimentos recebidos, atendem às necessidades da sociedade de forma precária, excludente ou superficial. Reconhece-se isso como sintoma da insuficiência dos métodos tradicionais de diagnóstico e investigação do espaço público dentro do campo da proposição espacial (Arquitetura e Urbanismo), o que motivou esta investigação. Considera-se que os espaços urbanos dependem das pessoas como seus principais agentes transformadores, capazes de lhes oferecer vida e significado desde que eles sejam dotados de elementos capazes de induzir uso e permanência (GEHL, 2013).

Nas cidades históricas brasileiras, restrições impostas pelos órgãos de controle do patrimônio que buscam conter ou retardar o voraz processo de transformação capitalista acabam por limitar ainda mais as possibilidades de atuação sobre o espaço público. Muitas vezes, o “dever de lembrar”, discutido por Jeudy (2005), leva a uma prática da preservação pela preservação e não por um contexto socialmente referenciado. Isso acaba por banalizar o espaço, congelando-o, esvaziando-o de uso e, por isso, de significado. Neste sentido, urge-se revisar os métodos tradicionais de análise e projeto no espaço público de modo a conduzir a processos menos burocráticos e controladores e mais participativos ou ativadores dos espaços urbanos.

2 O MÉTODO: ANÁLISE DE ESPAÇOS PÚBLICOS EM SÃO JOÃO DEL-REI

Em São João Del Rei, foram investigadas a Praça dos Ferroviários, popularmente conhecida como Praça da Estação; a Praça Carlos Gomes, conhecida como Largo do Carmo, e a Praça de Matosinhos. As duas primeiras estão localizadas na região central da cidade, dentro do perímetro de tombamento do centro histórico e próximo a edificações com tombamento nacional, sendo-lhes atribuída importância no contexto do patrimônio da cidade. Possuem semelhanças nas dimensões de suas áreas destinadas ao lazer, permanência e vegetação, porém estão inseridas em contextos urbanos distintos. A Praça da Estação está localizada em uma parcela da cidade significativamente modificada pelo crescimento urbano e possui entorno caracterizado principalmente por atividades comerciais, caracterizando-se como um espaço central na cidade. O Largo do Carmo, por sua vez, está localizado em uma área historicamente preservada, com comércio moderado e entorno relativamente residencial, apresentando grande relevância para a convivência e o lazer local. A Praça de Matosinhos está localizada no bairro de mesmo nome que se destaca na cidade pelo constante crescimento urbano e comercial. A praça sofreu inúmeras intervenções, sendo a última denominada Travessia Eficiente, que se traduz em uma intervenção urbanística de mobilidade urbana. Embora as três praças tenham sido estudadas no mesmo nível de profundidade e a análise geral se refira ao conjunto de dados levantados, os exemplos de resultados apresentados neste trabalho se referem apenas ao diagnóstico da Praça da Estação.

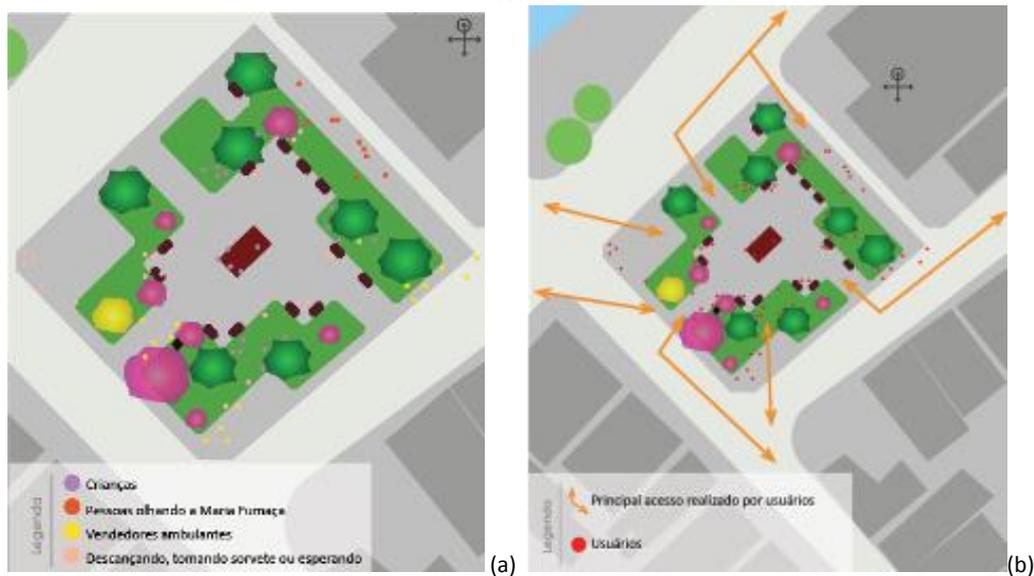
A análise das praças foi direcionada para suas áreas de convívio social, composição do entorno imediato, usos e articulação com o tecido urbano. Apoiado em mapas, entrevistas, análise visual e morfológica, os estudos seguiram procedimentos consolidados de diagnóstico para projeto, levantando a atual situação do local, observando seus usos e identificando o conflito e o convívio entre o espaço (projeto, forma) e os usos existentes.

Comportamento Ambiental

Esta é uma categoria analítica que estuda, a partir de observações do pesquisador ou projetista, a relação dos nossos comportamentos e ações com o ambiente físico-espacial. Neste processo atenta-se para as relações das pessoas com o espaço, comportamentos padrão, formas de apropriação e período de ocorrência das ações. Del Rio (1990) sugere a investigação das sequências comportamentais, “palcos de ação” e os territórios. A aplicação deste conceito consolidou-se por visitas à área que tinham por objetivo compreender como os usuários das praças e a população do entorno se apropriam do espaço, identificando ações de pessoas e sua relação com o espaço.

O Mapa Comportamental da Praça da Estação foi realizado ao longo da pesquisa em diversos horários do dia, sendo o período da manhã entre 9h e 11h30 e o período da tarde entre 16h e 18h30 os que foram possíveis observar maior movimentação. No período noturno a praça não recebe muitos visitantes, sendo apenas alguns jovens que se encontram em rodas de música durante no evento casual criado pelos universitários denominado Quinta Lei. Nos mapas apresentados na Figura 1 foram traçados os principais pontos de acesso de acordo com a localização do usuário, a divisão das atividades na Praça, onde e qual atividade era realizada em determinado lugar.

Figura 1: Mapas comportamentais realizados na Praça: (a) Mapa comportamental de usos; (b) Mapa comportamental de acessos



Os mapas indicam uma porcentagem significativa de espaço ocioso, apesar de um bom índice de ocupação da praça. O desenho não favorece todos os tipos de uso e em alguns casos, há bancos que acabam ficando desocupados por seu posicionamento equivocado. Também é possível perceber que a limitação de acessos prejudica o uso de alguns espaços, como aquele localizado no canto oeste da praça. Como se trata de uma análise predominantemente funcional, e não perceptiva, a incorporação destas diretrizes ao projeto acaba levando a soluções pontuais e óbvias que não exploram de fato os potenciais estéticos e de apropriação da praça. O mapa comportamental mostrou-se um exercício válido como abordagem inicial para compreender a ocupação do espaço urbano, porém sua avaliação restringe-se ao olhar do técnico, que traça o mapa das atividades a partir exclusivamente de sua observação. A falta de contato com os usuários não invalida o mapa, porém o deixa incompleto.

Análise Visual

De acordo com Del Rio (1990), os trabalhos que orientam os estudos nesta área estão ligados às teorias de “paisagem urbana”, sendo as publicações de Gordon Cullen um importante referencial. O método considera importante avaliar a paisagem sobre três aspectos: a ótica, o lugar e o conteúdo. A ótica considera as reações a partir das percepções visuais dos trajetos, edifícios e espaços; o lugar leva em conta a posição que o indivíduo ocupa em relação ao que está sendo observado; e o conteúdo, que se refere ao conjunto de significados apurados nas sensações do espaço, por meio das cores, escalas, texturas, entre outros elementos.

O método de Análise Visual, assim como o Mapa Comportamental parte da observação do técnico. Ao realizar a Análise Visual na Praça da Estação foi feito o registro fotográfico, apresentado na figura 2, abordando tudo aquilo considerado relevante ao olhar do observador para compreender o espaço. Foi produzido um mapa do entorno onde as principais edificações são destacadas. Com esse mapa é possível compreender como o entorno imediato de um espaço público proporciona a ele um uso diferente. A Praça da Estação está localizada no centro da cidade e é cercada por edifícios comerciais o que proporciona uma intensa movimentação de pessoas durante o dia.

Figura 2: Mapa de Análise Visual



A análise visual apresenta como vantagem sobre a observação comportamental o fato de tratar-se de uma análise perceptiva, que considera também fatores não funcionais ou racionais. Ela permite

verificar não apenas potenciais de uso, mas também experiências de ocupação e visadas possíveis. O modelo de registro fotográfico permite acessos múltiplos aos dados, com novas interpretações que podem complementar as percepções iniciais. Na Figura 4 percebem-se diversos usos planejados ou não, provocados por diferenças de nível, sombreamentos ou arranjos formais. O método apresenta como desvantagem, como o anterior, a visão limitada ao técnico, que é quem conduz o registro fotográfico. Além disso, a análise acontece dentro de uma lógica de inventário, registrando visões e observações, mas há uma dificuldade na transformação destas em diretrizes claras de intervenção.

***Walkthrough* (passeio ou entrevista acompanhado)**

Esta ferramenta baseia-se na aquisição de informações sobre determinado local através de um passeio com algum usuário do espaço em questão. O registro do percurso pode ser realizado por meio de fotografias, desenhos e gravação de áudio e vídeo, abrangendo todos os ambientes, no qual os aspectos físicos servem para articular as reações dos participantes em relação ao ambiente (RHEINGANTZ, 2009). Criado por Kevin Lynch, esse instrumento possibilita que os observadores se familiarizem com o espaço e façam a identificação dos aspectos negativos e positivos do local.

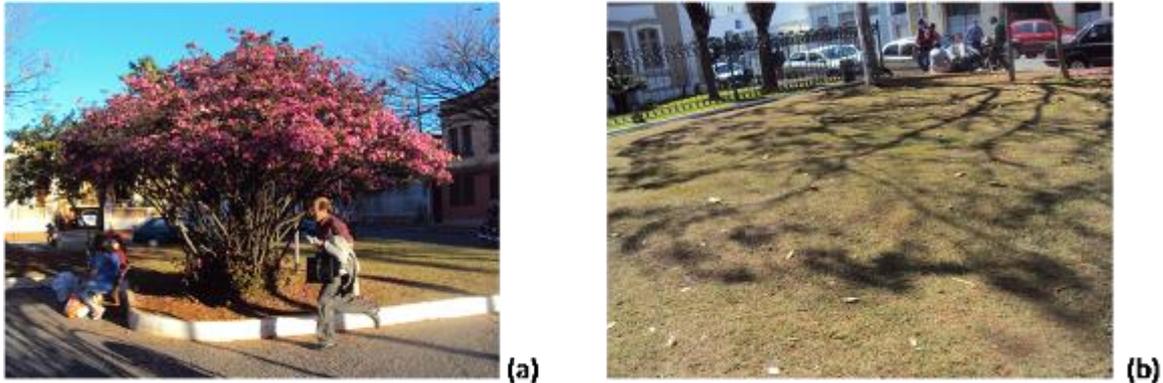
Como a Praça não é considerada um espaço de grande porte, frequentada por aproximadamente um número de pessoas entre 17 e 23 que utilizam efetivamente o espaço, além daqueles que passam ou param por um curto espaço de tempo houve a tentativa de entrevistar diariamente ao menos 15 pessoas. No entanto nem sempre foi possível alcançar esse número devido à indisposição dos usuários ou pela pouca quantidade de pessoas presentes na Praça nos momentos das visitas. Esse método se inicia com perguntas básicas para estimular a conversa, já sugeridas pelos desenvolvedores do método, tais como: 1) O que você considera importante nessa Praça? 2) O que funciona bem? 3) O que não funciona? 4) O que deve ser modificado? 5) O que deve ser mantido? 6) O que esse espaço significa para você?

O *Walkthrough* foi o método onde foi possível obter o maior número de informações sobre o lugar, pois contava com inúmeras ferramentas de aproximação dentre as quais a fotografia, que permitiu extrair um olhar sensível do usuário. As perguntas para iniciar a aplicação do método produzem um resultado semelhante ao de entrevistas ou conversas informais, mas de forma mais direta e sucinta.

O fato de o método ser composto por ferramentas existentes em outros métodos o torna mais completo. No entanto o passeio propriamente dito nem sempre foi cumprido, uma vez que as pessoas frequentemente não estão dispostas a fazê-lo. Quando os usuários eram frequentadores

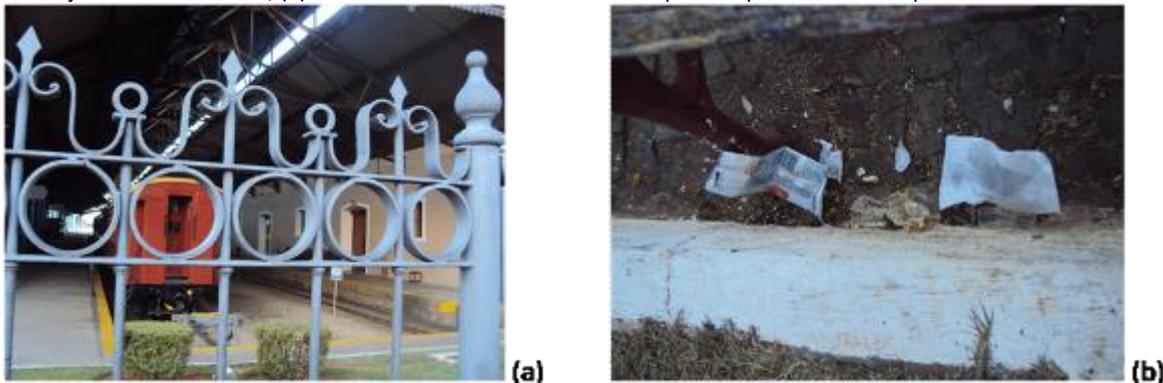
assíduos da praça, a entrevista, a fotografia e a opinião sobre o lugar eram realizados durante conversa em algum ponto da praça que a pessoa se sentia mais confortável. Exemplos dos dados coletados são apresentados nas Figuras 3 e 4.

Figura 3: Exemplo de fotos tiradas por participantes do walkthrough. As seguintes frases foram mencionadas pelos usuários ao realizar as fotos (a) “As flores rosas são a coisa mais bonita da praça”; (b) “Eu gosto da sombra das árvores. É bom e dá um desenho bonito no chão.



Fonte: Fotos realizadas por sujeitos da pesquisa.

Figura 4: Exemplo de fotos tiradas por participantes do walkthrough. As seguintes frases foram mencionadas pelos usuários ao realizar as fotos (a) “Eu acho bom sentar aqui e ver a Maria Fumaça. Não gosto da grade, mas ela é importante para as crianças não entrarem lá”; (b) “O lixo não chão é muita falta de respeito. A prefeitura tinha que colocar mais lixeiras”



Fonte: Fotos realizadas por sujeitos da pesquisa.

Os resultados indicam tanto preferências estéticas - como o desejo por um maior cuidado paisagístico com escolha de flores e árvores, ou a necessidade de mais sombra e conforto na praça ou mesmo na percepção da liberdade de acesso visual e físico aos espaços – como elementos funcionais e de gestão – como a questão da segurança e da manutenção e limpeza.

Mesmo com a fotografia combinada ao discurso transmitindo um pouco da sensibilidade dos usuários em determinado espaço, o método ainda foca em uma análise espacial imediata. Como o contato é muito rápido o participante nem sempre exerce uma reflexão cuidadosa sobre o espaço, nem invoca elementos históricos da sua relação com o lugar. Também cabe ressaltar que o universo

de observações está restrito à experiência espacial prévia daquele usuário, já que ele é incapaz de evocar referências não vivenciadas. Como há pouca diversidade na ocupação dos espaços públicos na cidade, o usuário não consegue imaginar outros potenciais de uso para o espaço e acaba se limitando a observações primárias ou óbvias. Assim, embora o *Walkthrough* apresente-se como estratégia de acesso às percepções do usuário, verifica-se que as respostas são muitas vezes imediatistas e semelhantes àquelas obtidas por um técnico em uma observação do local. Falta um contato prolongado e sistematizado com o usuário que o permita de fato refletir sobre o espaço e contribuir para ampliação de seu potencial de utilização.

Questionários Estruturados e História Oral

O Questionário Estruturado consiste em formular um conjunto de perguntas pré-estabelecidas ao usuário com o intuito de conhecer a percepção dele sobre o espaço, que são realizadas por instrumento escrito. A História Oral funciona como uma conversa, que busca criar uma atmosfera de informalidade junto ao entrevistado, aproximando-se dele e tentando, a partir disso, coletar informações a respeito da sua relação com o espaço. Essa última estratégia acaba por aparecer, ainda que de forma introdutória, nos processos desenvolvidos nos demais métodos.

Foram aplicados dois modelos de questionários às pessoas de todas as idades nas praças, sendo um com respostas de múltipla escolha e o outro com respostas dissertativas. No total foram aplicados 30 questionários. A segunda opção oferece ao usuário mais liberdade de resposta, no entanto a maioria das pessoas não se dispunha a escrever, seja por não serem alfabetizadas e por se sentirem constrangidas com a própria escrita. Os resultados obtidos nos modelos de questionário não se diferenciaram de forma relevante e foram semelhantes aos obtidos através do *Walkthrough*. Mesmo com a gama de opções de respostas do primeiro modelo, as pessoas sempre optavam por respostas óbvias e sem reflexão.

A História Oral obteve resultados mais objetivos, uma vez que os questionários ou desenhos intimidavam algumas pessoas. Um artifício utilizado para se obter um melhor resultado na História Oral foi a contraposição às respostas fornecidas pelos usuários. A indicação de problemas nos pontos apontados como positivos pelo entrevistado incentivava o diálogo, ao leva-lo a argumentar e explicar os motivos de sua resposta. Dessa forma foi possível adquirir respostas mais sólidas e com um pouco de reflexão. Ainda assim, os resultados foram apenas complementares em relação aos obtidos pelos demais métodos, sem apresentação de assuntos não abordados.

Análise dos métodos consolidados

Antes de iniciar a aplicação dos métodos houve um estudo do local, a partir da observação técnica, sem interagir com nenhum usuário para que fosse possível traçar a forma e os usos da Praça. Todos os métodos foram aplicados no decorrer de oito meses, em dias e horários diversificados. O objetivo era aplicá-los em 15 pessoas diariamente, no entanto, foram exceções os dias em que foi possível atingir essa meta. Os usuários nem sempre estavam dispostos a participar e em alguns casos respondiam às perguntas de forma imediata em concordância ou discordância. Foram abordadas pessoas que visitam a praça mais de três vezes por semana e também aquelas que somente passam pelo local, mas não permanecem, ou permanecem por um curto espaço de tempo. Foi possível desenvolver uma pesquisa mais completa com as pessoas que frequentam a Praça mais de uma vez por semana, sendo permitido testar mais de um método com a mesma pessoa.

Após todas as tentativas houve uma comparação entre os resultados obtidos nas primeiras observações sem contato com o público com os resultados proporcionados pela aplicação dos métodos. O processo, exaustivo e demorado, simplesmente reforçou as primeiras observações realizadas na percepção técnica, não oferecendo nenhuma novidade a respeito das relações sociais existentes, tampouco indicando novas possibilidades de uso. Dessa forma os processos de diagnóstico, projeto e/ou produção do espaço público constantemente trazem respostas referentes apenas às questões formais (na maior parte das vezes óbvias) e, diante da complexidade de ações e relações sociais que são estabelecidas em um espaço público, considera-se esta abordagem excessivamente reducionista. As respostas coletadas não foram capazes de orientar apropriações ou ações sobre o espaço, nem construir uma orientação crítica que estimulasse o usuário a pensar em novas formas de ocupação. Percebe-se que muitas vezes na própria formulação dos instrumentos, o técnico induz, consciente ou inconscientemente, as respostas que busca encontrar.

Percebeu-se ainda uma inclinação a buscar resultados negativos. Arquitetos e estudantes de arquitetura frequentemente se frustram ao realizar estudos de determinada área ao perceber que o espaço que gostariam de intervir não apresenta nenhum problema para os usuários e os mesmos não desejam nenhum tipo de melhoria no local. Faz-se necessário, no atual contexto da arquitetura, meios de aproximar as pessoas das infinitas possibilidades de apropriação que o espaço ainda possui como parte do processo de avaliação.

3 PARTICIPAÇÃO E ESPAÇO PÚBLICO

Discussões conceituais

Os espaços públicos de convivência em São João Del Rei se restringem basicamente a praças e largos, tendo sido detectado que os moradores acreditam que a cidade não oferece opções diversificadas de lazer. Os questionários indicaram que um grande número de pessoas não utilizava o espaço público da cidade (acima de 60% dos entrevistados) e mesmo o restante dos respondentes reclamava da falta de diversidade. Na maior parte dos casos, informavam que frequentavam apenas as praças, pois estes eram os únicos espaços públicos oferecidos pela cidade. Tendo em vista o número elevado de praças e largos na cidade, principalmente na área central, notou-se após mais entrevistas que a insatisfação dos moradores não se trata somente da quantidade ou tipo de espaços públicos, mas sim a diversidade de oportunidade de lazer.

Mesmo com a reorganização recente da atuação profissional do Arquiteto e Urbanista, com a criação de um conselho regulatório próprio (O Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, Lei nº12.378 de 2010), percebe-se um distanciamento entre a arquitetura e a experiência urbana cotidiana e dos processos participativos. Sintomas disto aparecem nos altos índices de autoconstrução e autoprodução de edifícios (MENDES, 2006) e, na gestão pública, na falta de corpo técnico qualificado na elaboração, implantação e fiscalização de políticas públicas urbanas (SOUZA, 2011). Kapp, Nogueira e Baltazar (2009) indicam que este distanciamento entre o arquiteto e seu público, se deve à imagem projetada pelo primeiro como figura elitista, autoritária e desconectada das reais necessidades e desejos do usuário.

Em São João Del Rei a participação popular não se faz presente nos processos de projeto, a exemplo de uma intervenção proposta pela Prefeitura Municipal para a Praça da Estação, que não condiz com o que os usuários dizem esperar da praça em reformas futuras. As apropriações pré-estabelecidas pelos usuários através de adaptações no espaço estão sendo ignoradas no projeto, deixando claro que em nenhum momento houve a tentativa de análise cuidadosa do espaço, tampouco das relações nele estabelecidas.

A autonomia individual ou coletiva nos processos participativos é citada por Souza (2011) como fator fundamental, definida como a capacidade do indivíduo ou um grupo de indivíduos de realizarem escolhas com liberdade, responsabilidade e conhecimento a respeito do assunto abordado, onde seja

possível garantir igualdade de oportunidade na participação nos processos de decisão que tangenciem o interesse coletivo.

Descrevendo sua experiência na tentativa de construção de processos participativos dentro do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSJ, a arquiteta e professora Helena Marchisotti (SOUZA, 2015) ressaltou seu entendimento do papel do arquiteto como apenas mais um integrante do processo, desvinculando dele a imagem de único manipulador do espaço ao afirmar que “o arquiteto tem o papel e a caneta enquanto as outras pessoas possuem a experiência e o conhecimento daquele lugar, então cabe ao arquiteto intermediar a necessidade e desejos dessas pessoas com seu conhecimento técnico”. De acordo com Souza (2015), antes de iniciar o processo participativo é importante mapear as atividades do local e observar sem interferir (processo no qual os métodos tradicionais podem auxiliar) para facilitar a conciliação de desejos e necessidades distintos. Deve-se evitar o foco excessivo nas questões técnicas, ampliando a percepção das relações sociais e apropriações existentes para, com sensibilidade, compreender o que as pessoas esperam dele.

Exemplo de aplicação

Na tentativa de focar no potencial do espaço, promover o pensamento crítico para diferentes formas de apropriação e incluir a participação popular nestes processos, realizou-se uma experiência com a Metodologia de Leitura Participativa para Desenvolvimento de Diretrizes de Projeto Urbano elaborada por Santiago (2014). O objetivo foi realizar um estudo dos desejos dos usuários com relação ao espaço a partir de uma exposição de fotos do local para os usuários e um breve questionário informal e oral composto por perguntas curtas a respeito do que a pessoa gostaria de fazer naquele espaço. As perguntas são desenvolvidas de acordo com o local e servem apenas para iniciar o primeiro contato com usuário, para que ele seja posteriormente convidado a escolher figuras que representam diversas atividades para compor a foto impressa do local criando um ambiente de acordo com seus interesses. Ao pedir o usuário para compor a imagem com as figuras é possível transcrever através de um método participativo, diretrizes que possam auxiliar no processo projetual e iniciar uma reflexão crítica sobre novas formas de apropriação.

A Metodologia de Leitura Participativa para Desenvolvimento de Diretrizes de Projeto Urbano foi aplicada a 9 usuários e o resultado obtido se diferencia dos demais métodos por sua capacidade em conseguir se aproximar de forma mais significativa das percepções e dos desejos necessidades do usuário. Os resultados são apresentados nas Figuras 5 e 6.

Figura 5: Exercício projetual desenvolvido com os usuários (a) Figuras com possibilidades de usos; (b) Sobreposição de imagens produzida por usuário que gostaria de tivesse mais incentivo para o lazer infantil.



Figura 6: (c) Sobreposição de imagens produzida por usuário que gostaria que a grama fosse mais utilizada; (d) Sobreposição de imagens produzida por um usuário que deseja mais lazer para crianças e que exista na praça festas, como, por exemplo, festa Junina, por isso a escolha pela fogueira



Percebe-se claramente nas imagens o efeito sinérgico da aplicação do método. Ao ver uma imagem com um possível uso, o sujeito rapidamente expande seu universo de possibilidades. Por exemplo, um usuário, ao ver a imagem de uma fogueira, imediatamente pensou na possibilidade de acontecerem festas juninas na Praça, que garantiria não só a diversão, mas também uma maior movimentação noturna, o que proporcionaria mais segurança. Observa-se que o resultado obtido é limitado pela gama de figuras ofertadas e normalmente reflete desejos próximos ao universo já familiar ao usuário. A diversidade de oferta de situações é, assim, fundamental para o sucesso do projeto. Apesar deste limite, foi possível traçar uma série de potenciais claros, desde a ocupação da grama, passando por mais opções de diversão para as crianças, por árvores com copas mais adensadas para proporcionar mais sombra até a consolidação da abertura dos caminhos nos canteiros que já foram criados pelos

próprios usuários. Observa-se que o caráter lúdico da atividade é extremamente produtivo para o exercício criativo do usuário.

4 CONCLUSÃO

As praças são espaços onde diversas atividades podem acontecer e para compreender como ocorre essa variação no uso torna-se imprescindível a utilização de métodos de avaliação do espaço que abordem a percepção crítica do indivíduo sobre o ambiente em questão, assim como nos processos de apropriação que foram estabelecidos e não somente análises formais e desconectadas das relações sociais consolidadas.

Percebeu-se que a utilização dos métodos consolidados, embora levassem a uma primeira aproximação com os espaços estudados, não levaram a significativas alterações de apropriação, e sim ao reforço dos padrões já estabelecidos. Estes processos se traduzem em uma análise muito objetiva, reduzindo a arquitetura em uma dimensão puramente material. Isto reforça uma tendência contemporânea de produção de espaços formatados com funções previsíveis, como se tivéssemos diariamente um roteiro a seguir (GUATELLI, 2012). Ao produzir espaços para usuários passivos, pode-se diariamente a capacidade imaginativa e a disposição para o inesperado, contribuindo para a formação de pessoas cada vez mais alienadas.

Mesmo as tentativas de participação propostas ainda são incipientes, pois careceram de um tempo prolongado de contato com usuário, propondo uma reflexão verdadeiramente crítica sobre o espaço cotidiano e uma expansão do seu universo de referências de apropriação espacial. Neste sentido, percebe-se que o processo de real participação exige não uma apropriação acrítica da estética, desejos, tecnologias e sistemas populares, mas sim uma rediscussão mais profunda entre os agentes produtores e receptores do espaço, em um processo que pode ser classificado como reeducativo. A educação aqui não é entendida em sua forma tradicional, mas como a construção, por parte de acadêmicos, profissionais e leigos, uma curiosidade epistemológica (FREIRE, 2014), na qual todos estes sujeitos envolvidos caminhem de uma abordagem ingênua para uma crítica, se aproximando de forma cada vez mais rigorosa do nosso objeto cognoscível de interesse que é o espaço. Apenas assim será possível uma intervenção de fato consciente e participativa.

Faz-se necessária uma arquitetura que seja capaz de pensar situações que proporcionem uma apropriação mais livre e diversificada dos espaços, principalmente nos espaços públicos, colocando essa “situação” como uma condição mínima e básica para pensar a (re) ativação de determinado

lugar, ou seja, uma arquitetura que seja suporte para essas atividades e não objeto. Afinal, ativar o lugar, torná-lo propício ao uso e passível de permanência constante sempre foi o grande desafio do arquiteto.

5 REFERÊNCIAS

- DEL RIO, Vicente. *Introdução ao Desenho Urbano no processo de Planejamento*. São Paulo: Pini, 1990.
- FRANCH, Mônica, QUEIROZ, Tereza (org). *Da casa à praça: um estudo da revitalização de praças em João Pessoa*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2010
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 49a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- GUATELLI, Igor. *Arquitetura dos entre-lugares. Sobre a importância do trabalho conceitual*. São Paulo, Senac São Paulo, 2012.
- HERTZBERGER, Herman. *Lições de arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1996..
- JEUDY, Henri Pierre. *O espelho da cidade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- KAPP, Silke. Por que Teoria Crítica da Arquitetura? Uma explicação e uma aporia. In: Maria Lúcia Malard. (Org.). *Cinco Textos Sobre Arquitetura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, v. , p. 115-167.
- KAPP, Silke; NOGUEIRA, Priscilla, BALTAZAR, Ana Paula. Arquiteto sempre tem conceito, esse é o problema. In: PROJETAR, 4, São Paulo, 2009. *Projeto como investigação: ensino, pesquisa e prática...* São Paulo: FAUUPM, 2009. Disponível em , citado em 12 de abril de 2015.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*, São Paulo: Centauro, 2001
- MASSEY, Doreen. *Pelo espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MENDES, Gustavo. Habitação: cesta não resolve. *Construção e Mercado*, São Paulo: PINI, ed. 55, fevereiro 2006. Disponível em citado em 12 de abril de 2015.
- OLIVEIRA, Mariana Barbosa de. *Identidade e pertencimento em espaço público de cidades de pequeno porte*. 133p. (Monografia de Trabalho Final de Graduação). UFSJ: São João del Rei, 2014.
- RHEINGANTZ, Paulo Afonso. *Observando a qualidade do lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pós-Graduação em Arquitetura, 2009.
- SANTIAGO, Olívia Teixeira. *Do bairro ao homem: o caso das populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica-espacial em São João Del Rei*. 98p. (Monografia de Trabalho Final de Graduação). UFSJ: São João del Rei, 2014
- SOUZA, Helena Marchisotti de. *Entrevista Oral*, São João del Rei, 2015.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.